



A HISTÓRIA E O DISCURSO QUE A EXPRESSA: O CONHECIMENTO HISTÓRICO E SEU USO COMO FERRAMENTA POLÍTICA (UMA ANÁLISE DA OBRA *DADOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS* – 1937-1938).

*José Fábio da Silva*¹

Universidade Federal de Goiás

Goiânia, Goiás, Brasil.

fabiojfs@hotmail.com

Resumo: O discurso, seja historiográfico ou literário, tem uma intenção e um público específico. O conhecimento histórico, nesse caso, está sujeito à intenção do autor de um texto e do argumento que este procura defender e as possibilidades de interpretação do mesmo pelo leitor. Sob essa perspectiva, este trabalho propõe uma análise de uma obra publicada e financiada pela prefeitura de Anápolis-GO, em 1938, intitulada *Dados geográficos e históricos do município de Anápolis*. O texto foi produzido para ser usado no ensino de História e Geografia em escolas da região. Para tanto, propomos um diálogo entre as perspectivas de R. Koselleck, segundo a qual uma alteração no âmbito da história corresponde a uma alteração no âmbito do discurso que a expressa, neste caso, a obra do historiador está presa a tríade *lugar, tempo e pessoa*, caso um desses elementos se altere, a obra historiográfica será outra; e M. de Certeau, que afirma que o que faz o historiador combina três componentes: o seu lugar social, a sua prática e a sua escrita, e a produção de um texto historiográfico.

Palavras-chave: História de Anápolis; Estado Novo; Teoria da História; Representação do Passado;

¹ Mestrando em História pela UFG/Bolsista UFG

Introdução

O meu passado é tudo quanto não consegui ser. Nem as sensações de momentos idos me são saudosas: o que se sente exige o momento; passado este, há um virar de página e a história continua, mas não o texto. (Fernando Pessoa)

Ao elaborar um texto, seja literário ou de cunho historiográfico, o autor tem um objetivo ou um discurso que procurar defender. De uma maneira geral, o texto trás em si o ponto de vista de seu autor ou da instituição social ao qual este se encontra vinculado e é articulado de maneira a se fazer entendido por um público alvo. Um texto de cunho historiográfico, dessa maneira, procura trazer a tona uma representação do passado estudado e interliga-lo de alguma maneira com o “presente” no qual é produzido, de modo a fazer sentido para os indivíduos que este busca atingir. Sendo assim, ao abordarmos o nosso texto em questão – *Dados geográficos e históricos do município de Anápolis* – devemos levar em consideração não só o contexto histórico no qual este foi produzido, mas localizar o *lugar social* de seu autor no decorrer de sua produção. É preciso compreender a relação entre o autor, as instituições que este estava vinculado e o público alvo deste na elaboração do discurso. Dessa forma, é possível vislumbrar não só a posição do autor na sociedade de sua época, mas também compreender como este procurou articular o conjunto de fontes históricas que tinha disponível e de que maneira estas foram utilizadas na articulação do texto e do discurso por ele defendido.

Ao falarmos em *lugar social* nos referimos ao clássico conceito elaborado por Michel de Certeau, este defende que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982: 65-6).

O local no qual se origina e se desenvolve determinada forma de se compreender o mundo e a maneira como determinados interesses, tanto de ordem individual, quanto social ou política, devem ser levadas em conta quando se procura

analisar um texto de cunho historiográfico. Um conjunto de ideias ou crenças não se desenvolvem apenas temporalmente, o local no qual se desenvolvem também é fundamental para se entender a direção que determinados conjuntos ideológicos se desenvolvam, se sustentem, se mantenham ou se transforme no decorrer no tempo. O *lugar social* do autor influencia diretamente na maneira como este aborda suas fontes e escolhe o método de análise e a maneira como elabora o seu texto. Dessa forma, ao se elaborar um texto historiográfico, o autor não só procura uma relação entre o tempo passado e o tempo presente que está imerso, mas também realiza um diálogo com os interesses das instituições sociais que está vinculado no momento de sua produção. A operação historiográfica assim está relacionada com o seu lugar social do autor, a sua prática e a sua escrita, ou seja, a produção historiográfica esta sujeita não só a um conjunto de interesses do autor, mas a uma “relatividade histórica”.

Os "fatos históricos" já são constituídos pela introdução de um sentido na "objetividade". Eles enunciam, na linguagem da análise, "escolhas que lhes são anteriores, que não resulta, pois, da observação – e que não são nem mesmo "verificáveis", mas apenas "falsificáveis" graças a um exame crítico. A "relatividade histórica" compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores. (*Idem*: 66).

Essa relação entre “objetividade” ou transmitir um conteúdo “verdadeiro” e ao mesmo tempo admitir a “relatividade histórica” do que é dito constitui um paradoxo na atividade do historiador. Segundo R. Koselleck, esse é um pressuposto da ciência da história atual, “fazer afirmações verdadeiras” e ainda assim “considerar a relatividade” delas. Isso se deve em maior instância a uma condição humana presente na atividade do historiador, a velha tríade *lugar, tempo e pessoa*: “Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruçar-se sobre o mesmo objeto.” (KOSELLECK, 2006: 161). Sendo assim, como é possível que se faça alguma afirmativa ao menos “verossímil” sobre o objeto estudado? É a partir desse pressuposto que entra em ação a importância das fontes no trabalho do historiador.

Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis. (...) As fontes nos impedem de cometer erros, mas não revelam o que devemos dizer. (*Idem*: 188).

Ao elaborar um texto, dessa maneira, o historiador fica até certo ponto preso as possibilidades determinadas pelas fontes utilizadas no seu trabalho. Ao se observar o trabalho de um historiador e confrontar as suas afirmações e interpretações com os fatos e fontes por ele utilizada é possível, então, compreender de maneira mais clara o conjunto de interesses que motivaram e influenciaram na elaboração de seu trabalho. É sob esta perspectiva que abordaremos a obra *Dados geográficos e históricos do município de Anápolis*, buscando analisar a forma como o seu autor articulou o conjunto de informações históricas que tinha disponível com os interesses políticos do período na qual a mesma foi elaborada.

Anápolis: Estado Novo, escrita e ensino de História

A insurreição de 1930 abre uma nova perspectiva para a história goiana. Esse acontecimento é tomado como uma ruptura temporal entre o “velho tempo”, marcado pelo caiadismo, pelo coronelismo e pelo atraso, e o “novo tempo”, com uma perspectiva voltada para o moderno, para o patriotismo e para o progresso. Esse evento histórico marcou profundamente as interpretações históricas sobre Goiás, não só naquele período, mas em obras posteriores que buscaram relatá-lo.

Assim, de maneira sintética, poderíamos dizer que esse tipo de fenômeno acaba por favorecer uma interpretação histórica preditiva, na medida em que enxerga o passado à luz de sua ocorrência futura, já descrita. Ou seja, interpreta as primeiras décadas do século XX à luz do discurso trintista e dos preconceitos próprios de uma das facções que disputavam o poder naquela arena política. (ARRAIS, 2013: 105).

Após 1930 há o início de uma modernização tanto a nível nacional quanto estadual, principalmente no que concerne às mudanças nas estruturas econômica e institucional. “Entretanto, no seio da esfera política, essa modernização se processou mais a nível do discurso de ruptura com o passado imediato.” (*Idem*: 113). Com o Estado Novo esse discurso torna-se ainda mais exacerbado. Vejamos como essa situação pode ser percebida em uma obra escrita entre 1937 e 1938, para fins didáticos, que buscava retratar a história da cidade de Anápolis, interior do estado de Goiás. Anápolis, se localiza à 56 Km da capital do Estado, que naquele período ainda estava em fase de construção. Ao mesmo tempo, desde 1935, com a chegada da ferrovia ao município, passava por um período de ascensão econômica. “O transporte ferroviário

provocou a expansão da frente agrícola com as possibilidades de maior volume de exportação e importação de bens.” (FRANÇA, 1974: 645). Esse conjunto de mudanças, que abriam perspectivas positivas para o futuro da cidade, eram tomadas como provas da capacidade administrativa dos políticos locais e dos benefícios gerados pela mudança política propiciada pela Insurreição de 1930. Em 1930, após a queda de Washington Luiz, um dos líderes da Aliança Liberal local, J. L. Oliveira, foi nomeado como chefe da administração municipal, devido a desavenças políticas, este renunciou em 1934. Para o seu lugar foi nomeado Irani Alves Ferreira que, no mesmo ano, foi substituído por José Fernandes Valente, que foi eleito por meio do voto popular em 1935 e, novamente nomeado, em 1937 com o início do Estado Novo. J. F. Valente foi o prefeito que mais por mais tempo interrupto ficou a frente da prefeitura de Anápolis, de 1934 à 1940, e deu início à inúmeras obras nesse período. Em 1937, Anápolis também comemorava os cinquenta anos de sua emancipação política, em 15 de novembro de 1887, a antiga freguesia de Santana das Antas havia sido elevada a categoria de Vila, ganhando autonomia política em relação à Meia Ponte.

Diante deste quadro, Francisco Lopes de Azevedo Filho ou “Capitão Azevedo Filho, jornalista e historiador, que pode ser denominado o cronista do cinquentenário de Anápolis, publicou ‘Dados geográficos e históricos do município de Anápolis’” (OLIVEIRA, 1957: 67/XI). Financiado pelo próprio município, *Dados geográficos e históricos do município de Anápolis – À guisa de Geografia e História do município para uso nas escolas de Anápolis*, foi produzida, entre 1937 e 1938. O texto procurava sintetizar os principais aspectos geográficos e históricos do município ao mesmo tempo em que exaltava o momento político vivido a nível federal, estadual e municipal. Em um tom ufanista, o texto exalta as principais figuras políticas locais e engrandece seus esforços para o progresso e construção de um espírito patriótico na cidade. O autor do texto, Francisco Lopes de Azevedo Filho, era o então Diretor de Estatística do Governo Municipal. nascido em Sabará, Minas Geras, em 11 de janeiro de 1876, Capitão Azevedo Filho pode ser apontado como um patriota convicto e alguém disposto a enfrentar qualquer batalha em nome da Pátria. Em 1893, juntou-se ao “Batalhão Patriótico Tiradentes”. Como militar participou da rendição dos revoltosos, em 1894, sob o comando de Floriano Peixoto, onde foi promovido a cabo. Um ano depois fez parte de um dos regimentos que combateram “os jagunços de Antônio Conselheiro, em Canudos, Bahia.” (MARTINS, 1984: 171). Em 1910 mudou-se para Belo Horizonte

para assumir o cargo de auxiliar dos serviços médicos, na Estrada de Ferro Oeste de Minas. No ano seguinte mudou-se para Araguari, chegando à Anápolis em janeiro de 1914. Em Anápolis foi Agente de Estatística, Fiscal de Higiene e Conselheiro Municipal. Também foi também conselheiro Municipal, Promotor Público e Prefeito Municipal de Ipameri. “Em 1932, de armas em punho, lutou às margens do Paranaíba.” (MARTINS, 1984: 171). Faleceu em Anápolis, em 19 de fevereiro de 1976, no Hospital Evangélico Goiano. Não é preciso dizer que a formação militar do autor favoreceu bastante para o tom nacionalista presente em seu texto.

O livro, como mencionamos acima, tinha como propósito oficial de ser usado como material didático nas escolas municipais da região. No entanto, resume-se em uma elegia à cidade de Anápolis e, principalmente, a seus mais destacados atores políticos. Ao mesmo tempo, esta obra procura desvincular o nome de certas autoridades políticas e empresariais da cidade, que eram aliados dos Caiados, do passado coronelista e vinculá-los as frentes políticas que lutavam pelo desenvolvimento da cidade. O texto representa uma exaltação à figura do então administrador municipal e a outras figuras proeminentes da política anapolina, chegando ao ponto, de “maquiar” algumas divergências e situações políticas com o propósito de construir um clima de harmonia nas disputas pelo poderio municipal. Em contrapartida, sintetiza a política oligárquica no nome de apenas uma personagem, que entrou na administração municipal por interferência direta do caiadismo:

Todos os governos de Anápolis tem sido patrióticos e progressistas. Uma exceção porém houve no período de 1927 a 24 de Outubro de 1930, quando exercia o cargo de intendente o Snr. Adalberto Pereira da Silva, que, faltando ao compromisso assumido quando da apresentação de sua candidatura como conciliador não correspondeu à complacência dos políticos que aceitaram a sua indicação, principalmente a agremiação chefiada pelo Snr. Aquiles de Pina, que, nas eleições, se apresentasse candidato ao governo municipal, teriam sido eleitos, e tão logo eleito pelos referidos partidos, exerceu, durante o tempo que governou o município, o cargo de Intendente, cometendo toda a sorte de arbitrariedades e zelou pelo interesse público de seus munícipes. (...) foi uma decepção para Anápolis. (FILHO, 1938: 39-40).

O partidarismo político fica claro no texto de Azedo Filho se tomarmos como exemplo a figura de uma das mais conhecidas figuras da história política anapolina: o cel. Aquiles de Pina. Como um dos grandes empresários locais do período, sócio da empresa que fornecia energia elétrica ao município, dono de cerealistas e casas

comerciais, figura de renome desde a década de 1920, época em que era partidário do grupo Caiado, Aquiles de Pina tem seu nome desvinculado do caiadismo na pena de Azevedo Filho. Sua trajetória política resume da seguinte forma:

Nos anos vinte ele era aliado do caiadismo, já que estava filiado ao Partido Democrata, na década seguinte passa a apoiar os homens de Trinta, sendo, inclusive, membro da comissão estadual do Partido Social Republicano, que era liderado por Pedro Ludovico. Já em meados dos anos quarenta, rompe com Pedro Ludovico, sendo um dos líderes da famosa dissidência do PSD em 1947, que apoiou o candidato vitorioso do grupo Caiado nas eleições daquele ano. Depois, Aquiles de Pina foi para o PSP na década de cinquenta, porém, “[...] em 1958, o velho cacique já retornara às fileiras do PSD, ao qual permaneceu fiel, mais ou menos, até a chegada da ditadura militar.” (JAYME, 1990, p. 75). Por época de sua morte, estava filiado à ARENA, partido que deu sustentação ao Regime Militar. (POLONIAL, 2007: 36).

Partidário convicto do cel. Aquiles de Pina, Azevedo Filho narra da seguinte forma a disputa eleitoral de 1927:

Nessa época, o então Senador Federal Dr. Antônio Ramos Caiado, que tinha nas mãos o bastão de chefe supremo da política governista no Estado de Goiaz, vendo que o novo partido político de Anápolis, tendo à sua frente a pessoa do Snr. Aquiles de Pina tinha todas as probabilidades de ser vitorioso nas eleições municipais que se avizinhavam, veio à sede do município e propoz a fusão dos dois elementos políticos antagônicos num só bloco, indicando como candidato de reconciliação a Intendente Municipal o Snr. Adalberto Pereira da Silva, que, aceito, foi eleito pelo eleitorado das referidas agremiações políticas (*Idem*: 37-38).

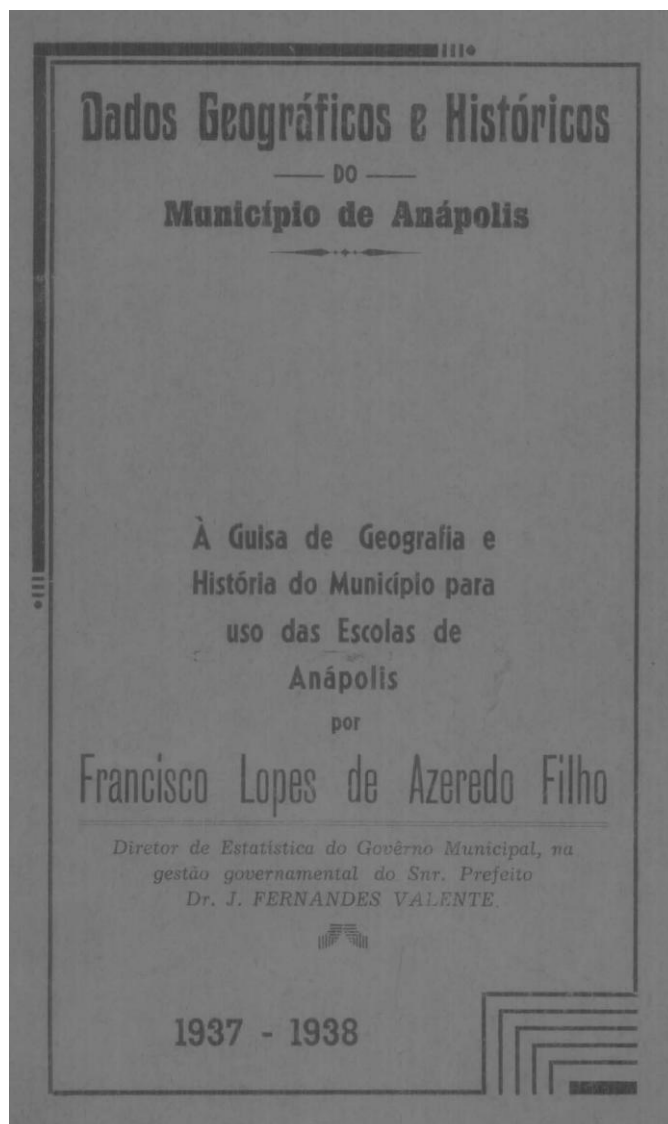
Como partidário do cel. Aquiles de Pina, Azevedo Filho procura amenizar a ligação entre o cel. Aquiles de Pina e o coronelismo goiano, que é duramente criticado no decorrer do texto, e liga a sua figura com a Insurreição de 1930, que, para o autor, fez com que o município prosperasse “extraordinariamente em todos os setores de atividades, no comércio, nas indústrias, nas artes, nas letras, na lavoura e outros” (*Idem*: 37).

José Fernandes Valente foi intendente no município entre 1934 e 1940. Em 1934 foi nomeado para o cargo; no mês de dezembro do ano seguinte foi eleito por meio do voto popular; pedindo exoneração do cargo junto ao interventor estadual em 1940. Azevedo Filho narra da seguinte forma o pleito de 1935:

Tão relevantes serviços prêstara o Snr. Prefeito Dr. J. Fernandes Valente à Anápolis, durante o período discriminatório, que, o povo de

Anápolis sagrou nas urnas a 1º de Dezembro de 1935 o nome de S. Excia, para ser o primeiro governador constitucional do município sulino de Goiaz. (FILHO, 1938: 38).

O autor supracitado esqueceu apenas de mencionar que “foi uma eleição de candidatura única pelo PSR (Partido Social Republicano), que era o partido do governador.” (POLONIAL, 2007: 48).



Capa de *Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis* - 1938.

Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis é dividido em duas partes, uma dedicada à Geografia e outra à História local. Logo na apresentação, intitulada *Pequena Geografia e História de Anápolis*, é possível notar que a intenção do texto é exaltar os políticos ligados a então administração municipal. O autor busca ressaltar não só importância da publicação para as escolas do município, mas também, demonstrar por meio dela “quão operoso e dinâmico é o atual governador deste

município que tudo faz por bem servir à Pátria e aos anapolinos que o confiaram e prestigiam” (*Idem*, 1938: 03). O texto em questão é colocado simultaneamente pelo autor como uma demonstração do trabalho e do empenho da administração pública e como uma promessa que este trabalho seria mantido:

Auxiliado por diversos patriotas amigos do progresso e da grandesa da Cidade Maravilhosa e entusiastas pelo tino administrativo e pela pessoa do Chefe do Executivo anapolino, aqui estamos entregando aos filhos dêste incomparável município sul-goiano, os primeiros frutos sazonados colhidos na vinha do Senhor, plantada em Anápolis. (...) Prometemos porém, expormos novos às vistas do pôvo afim de demonstrarmos que o salário que nos paga êsse mesmo povo, não é mal aplicado e que o lavrador incumbido do amanho da terra e divulgador de sua riqueza, de sua grandeza cumpre o seu dever e não descança senão na hora nona. (*Idem*: 04).

O foco principal do texto, mais do que um levantamento sobre a história da cidade, é direcionado para os sucessos do governo de então, não havendo críticas negativas sobre a cidade. O enredo produzido no decorrer do texto procura gerar a impressão que a cidade de Anápolis, devido ao “empenho” de seus políticos, era uma “utopia realizada” que só tinha a se desenvolver mais e mais. Com isso, atrairia novas pessoas que auxiliariam esse desenvolvimento.

Após êste, virão outros e mais variados frutos, do sábio govêrno dêste município, que, espalhados pela imprensa atrairão para Anápolis os homens de bôa vontade, os progressistas e os que sabem ser brasileiros ante-regionalistas. (*Idem*: 04).

O termo “ante-regionalistas” marca claramente a posição nacionalista do autor, principalmente naquele momento que teve início o Estado Novo. Nas primeiras páginas ainda há “duas sinceras e justas homenagens do autor aos ilustríssimos dirigentes anapolinos” (*Idem*: 05): que, no caso, são o cel. Aquiles de Pina, “condutor de homens sem igual e esteio mestre do progresso de Anápolis” (*Idem*: 06), e o prefeito José Fernandes Valente.

Primeira parte do texto: *Corografia e História do Município de Anápolis: Estado de Goiaz*

A primeira parte do texto trata da Corografia e Geografia do Município, fornecendo dados geográficos, econômicos e administrativos da localidade. Discorrer sobre a posição geográfica do município e sua divisão administrativa, enumera os

municípios vizinhos do município, suas ruas e estradas, e trás dados topográficos e hidrográficos, e informações sobre a fauna e a flora.

No que concerne aos dados econômicos, o autor destaca a importância da produção agrícola da região e que deu impulso ao desenvolvimento da cidade nas décadas de 1920 e 1930:

O café constitue a maior fonte de renda do município; riqueza essa que aumenta dia a dia. A produção cafeeira de Anápolis representa cerca de 40% da produção cafeeira total do Estado de Goiaz. (...) Depois da produção do café a maior produção do município é a do arroz. (*Idem*: 19).

Em relação à indústria, além das máquinas de beneficiamento, é destacado, apenas em números e sem grandes descrições, a existência de cerâmicas, fábricas de calçados e arreios, serrarias, xarqueadas, fábrica de sabão e perfumaria, etc.

O autor demonstra uma preocupação constante em demonstrar os aspectos modernos da cidade em seu texto, comparando as principais construções da cidade com a de outras regiões ou se empenhando em afirmar que estas seguem os “mais modernos” padrões e técnicas de construção empreendidas em sua engenharia. No tópico que aborda a Educação, por exemplo, começa destacando os prédios e os aspectos estruturais nos quais funcionam algumas das escolas municipais antes mesmo de falar do ensino da região em si. Não é preciso ressaltar que o autor dá destaque as obras realizadas pela então administração municipal.

Os prédios dos Grupos Escolares da sede e dos distritos de Nerópolis e Aracati foram construídos pelo Governo Municipal de Anápolis, sendo que o de Nerópolis, foi construído pelo Prefeito sr. José Fernandes valente, e, é o mais espaçoso, higiênico, confortável e sólido, dentre os outros dois existentes em Aracati e o da Sede. Esse prédio foi construído de acordo com a técnica moderna e obedece às exigências pedagógicas do momento. (*Idem*: 21-2).

Apesar dos elogios feitos pelo autor aos padrões de construção feitos aos edifícios escolares o advogado e escritor João Asmar, em entrevista ao projeto *Anápolis: História Viva*, relata as dificuldades do ensino vivenciado na cidade durante aquele período, principalmente no tocante as estruturas físicas das escolas. No que concerne à instalação do primeiro curso ginásial na cidade, em 1937, João Asmar relata que:

Veio a inspeção do Rio de Janeiro, um tal de Teodomiro Magalhães, um homem alto, magrelo, meteu o pau e condenou o ginásio. O ginásio fechou. Porque naquele tempo exigia-se que os ginásios fossem equiparados aos Colégios do Rio de Janeiro, isto é, que deveriam ter as mesmas instalações, semelhantes ou parecidas com a do Colégio lá. Não era qualquer prédio, qualquer imóvel que servia. E o nosso ginásio foi fechado porque não tinha... adivinham o que? Privada patente. Tinha privada “tun-dum”. Vocês sabem o que é privada “tun-dum”? . Aquela que tem a casinha, tem o taboado, o buraco, a gente senta lá, solta o “troço”, ele bate lá no fundo e faz “tun-dum”. Essa foi a causa do fechamento do primeiro ginásio que nós perdemos o ano em 1937. (ASMAR, História viva: 07).

Apesar de tal evento, Azevedo Filho, destaca os investimentos feitos em educação na cidade pela, então, gestão e afirma que o prédio do ginásio municipal seguia os moldes dos melhores colégios do país.

E’ pois motivo de bastante júbilo os anapolinos, o progresso presenciado no município na parte relativa à instrução e à educação, pois, não será exagêro se dissermos que em 1937, existiam em todo o município de Anápolis, uma centena de classes de ensino primário, computadas nesse número, as escolas particulares das zonas rurais. Em trinta e cinco anos, após o governo do saudoso anapolino Cel. Antonio Crispin de Souza, Anápolis criou 66 classes de ensino primário, *um ginásio nos moldes do colégio D. Pedro II* (grifo nosso), uma Escola Normal, e subvencionou diversos secundários particulares. (FILHO, 1938: 22).

Ainda em relação á educação, o autor destaca os gastos orçamentários do município em 1937, (R\$ 77.000\$000), e compara a qualidade do ensino local ao de outros grandes centros do país, procurando colocar Anápolis acima de outras cidades do Estado.

Essa significativa cifra em dinheiro, gasta em pról da desalfabetização da juventude anapolina, pelos cofres da Prefeitura Municipal, desta região opulenta do grande e futuroso Estado de Goiaz, representa o coeficiente de vinte e dois por cento da despesa e da receita orçamentária de Anápolis para o ano de 1937, e é a prova eloquente de que é êste município goiano o que mais cuida da instrução, e, que só encontra similares nos Estados de Minas Gerais, Baia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, S. Paulo e Distrito Federal. (*Idem*: 23).

Elogios similares são feitos ao sistema de Saúde, vale lembrar, entretanto, que o hospital citado pelo autor, (Hospital Evangélico de Anápolis) é um empreendimento particular, cabendo ao município uma contribuição para o auxílio no atendimento infantil e de gestantes.

A cidade de Anápolis, possui o melhor estabelecimento hospitalar do Estado de Goiás e o melhor do Brasil Central. Num soberbo e bem construído arranha-céu, com diversos pavilhões de um e mais andares (...). E' mister que fique registrado aqui, a enorme procura desse hospital, por pessoas de todas as cidades do Estado, onde sua fama já é sobejamente conhecida. (*Idem*: 23-4).

No mesmo tom elegíaco Azevedo Filho relata que o “comércio de Anápolis é o mais movimentado, ativo, forte e próspero do Estado de Goiás.” (FILHO, 1938: 24). E destaca a presença de Aquiles de Pina no desenvolvimento de importantes serviços públicos locais como a energia elétrica, que conforme já relatamos, foi reestruturada em 1933, através da empresa *Luz e Fôrça*:

A poderosa e eficiente empresa, que tem a sua frente, gerindo com toda a eficácia, o Snr. Cel. Aquiles de Pina, deve Anápolis uma das mais preponderantes causas de seu progresso crescente, pois além da luz, que é considerada como a melhor do Estado, as indústrias anapolinas, recendiam-se da falta de fôrça elétrica para o seu desenvolvimento. (*Idem*: 25).

Sobre o serviço telefônico, ainda em fase de instalação, mais elogios ao prefeito e à Aquiles de Pina:

Em fins do ano de 1937, o Govêrno Municipal de Anápolis concedeu o privilégio de serviço telefônico em todo o município a uma Empresa importante. Os referidos serviços já foram iniciados, encontrando-se quasi concluída a rede da cidade. A linha telefônica não ficará circunscrita sòmente dentro da região anapolina, irá até Goiânia, nova capital do Estado, ficando assim ligadas pelo telefone as duas grandes cidades sulgoianas. A realização desse contrato entre a Prefeitura Municipal de Anápolis, é uma das aspirações contidas no programa de govêrno do Prefeito Dr. J. Fernandes Valente, e do pioneiro do progresso de Anápolis, o Cel. Aquiles de Pina. (*Idem*: 27).

Mesmo com os exacerbados elogios feitos à administração municipal e a figura de alguns empresários locais, as mudanças em termos estruturais mostram o início de uma profunda mudança nos hábitos cotidianos dos moradores da cidade. A abertura de rodovias e a chegada dos trilhos à cidade foi o pontapé inicial para uma reestruturação da experiência do tempo para a localidade. Gradativamente, a cada mudança ocorrida, a sensação de que o tempo corria cada vez mais rápido se fazia presente no imaginário regional. A instalação e melhoria dos serviços de energia elétrica empreenderam novos hábitos também a cidade, houve a possibilidade de uma vida noturna mais dinâmica e pouco a pouco, isso na região central do município, o cotidiano era menos influenciado por relações que poderíamos denominar como baseadas na natureza. Os “novos” meios de comunicação que se instalaram naquele período também trouxeram uma outra

relação com a forma como se compreendia o tempo, o telégrafo (1927), o Correio Aéreo (1932) e as expectativas geradas pela instalação de linhas telefônicas diminuíram cada vez mais o tempo no fluxo de informações. Esse conjunto de mudanças davam a ideia que aquele momento era um período de transição, de novas experiências.

A nova experiência da transição se caracteriza por duas noções especificamente temporais: a diferença de qualidade que se espera para o futuro, e, associada a isto, a mudança dos ritmos temporais de experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado. (KOSSELECK, 2006: 288).

Essa sensação de mudança, fez com que a cidade se sentisse cada vez mais ligada aos grandes centros, diminuía a ideia de isolamento da cidade e, mesmo que esses serviços funcionassem de forma precária, conseqüentemente, principalmente devido aos discursos nos quais as palavras “progresso” e “moderno” eram empregadas por meio dos jornais, fazia com que os indivíduos buscassem entrar em sintonia com o que de “melhor” acontecia nos grandes centros.

Segunda parte do texto: *História de Anápolis*

A segunda parte do texto trata propriamente da *História de Anápolis*, abordando o município desde a origem da capela de Sant’Ana ao período de então. Logo no início do texto, o autor liga a origem do município ao sentimento de religiosidade: “Desde o ano de 1860, os habitantes desta região goiana, no local onde hoje, é a cidade maravilhosa, que Anápolis se chama, costumavam a festejar anualmente o dia de ‘Sant’Ana’” (FILHO, 1938: 33).

O mito de criação da cidade, ao contrário do que ocorre no texto que abordamos anteriormente, é descrito como um fato que realmente ocorreu, em todos os seus detalhes, dando a entender que Anápolis se consolidou mediante uma promessa e uma profecia feita por Ana das Dores:

Diante das pessoas da casa onde se hospedara D.a Ana das Dores, os tropeiros fizeram o seu relato debaixo da admiração de todos os circunstantes. A ilustre dama jaraguaina, atribuindo o mistério relatado por seus servos, ao desejo da Santa, de ali ficar, prometeu doar a imagem de Sant’Ana, à futura capela que teria de ser edificada em Sant’Ana dos Campos ricos. Ouvindo a promessa de D.a Ana das Dores, regressaram os tropeiros ao local onde se encontraram o cargueiro e as canastras. Ali chegados e ainda presos de espanto,

dirigiram-se à canastra que guardava a referida imagem da Santa. Com a maior facilidade possível colocaram no alção da cangalha, a mala que até bem pouco parecia ter-se transformado em rocha e engastada no chão da mata e conduziram o cargueiro histórico à presença de D.a Ana das Dores, que abrindo a canastra onde se achava a lendária imagem, mostrou-a aos habitantes da orla da mata e disse: “Será a padroeira de uma grande cidade, sede de um rico e fértil município, cujo povo ha de ser por E’la abençoado”. – A profecia realizou-se. (*Idem*: 33-4).

Ao contrário de J. L. Oliveira, Azevedo Filho não se preocupa em discutir a veracidade do “milagre de Santana” transmitido pela tradição local. Ao relatar o suposto acontecimento, o autor procura relacionar o atual momento vivido pela cidade como fruto de uma profecia feita nos primórdios da cidade por Ana das Dores. o discurso se sustenta, tal qual uma narrativa em tom bíblico, em uma promessa proferida e em sua realização anos depois. Ao presenciar o “milagre da santa”, na construção narrativa do autor, Ana das Dores não só doou a imagem de Santana para a capela que seria construída em homenagem a santa como fez uma profecia: *Será a padroeira de uma grande cidade, sede de um rico e fértil município, cujo povo ha de ser por E’la abençoado*. No constructo narrativo, a doação da santa e a profecia justifica os primórdios da cidade e liga aqueles remotos tempos com o, então, atual, período no qual a dita profecia se realizara segundo as palavras do próprio autor: *A profecia realizou-se*. A história de Anápolis narrada pelo autor busca um tom épico, de uma cidade que teve uma origem mítica e por isso não poderia dá errado, mas que passou por dificuldades neste percurso. Essas dificuldades, como veremos no desenrolar deste tópico, no geral eram provenientes de dificuldades trazidas por pessoas não comprometidas com o desenvolvimento da cidade.

A forma como é organizado o texto segue uma estrutura cronológica, contando os primeiros anos da localidade antes de ser elevada a categoria de cidade e o desenvolvimento que a região sofreu a partir desse período. Antes da localidade ser elevada à condição de cidade os marcos históricos são os poucos documentos e leis do período que versavam sobre a doação do terreno no qual foi construída a capela de Santana, a elevação a categoria de Freguesia, Vila e finalmente cidade. Os personagens e acontecimentos históricos de maior destaque nessa fase são Ana das Dores e a doação da imagem de Santana á cidade; Gomes de Sousa Ramos e a luta para a criação da Freguesia; Zeca Batista e a disputa com Pirenópolis no processo de emancipação política da região. Após a esse período os marcos temporais da história local passaram a

se basear em mudanças estruturais significativas para o desenvolvimento econômico da cidade e na grande mudança no cenário político nacional de 1930. O marco do início do progresso em Anápolis ocorreu:

Em 1920, foi inaugurada a primeira auto-via de penetração em Anápolis, ligando a sede do município à povoação de Roncador, município de Ipamerí e ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Goiaz naquela época. Esse acontecimento, foi o início do progresso que hoje se verifica em Anápolis. (FILHO, 1938: 37).

A Insurreição de 1930, obviamente, não deixou de ser mencionada. Esse fato tem uma importância significativa para o país não só em termos políticos e econômicos, mas também em termos simbólicos, no caso específico de Anápolis, esse fato possibilitou o que poderíamos denominar de uma *inserção da história local ao fluxo temporal da história nacional* não só no que diz respeito a uma macroestrutura, mas possibilitou que as mudanças ocorridas no litoral tivessem impacto “imediato” também no sertão. Obviamente não queremos afirmar que as mudanças a nível nacional não afetavam a dinâmica local, o que queremos ressaltar é que, como a Insurreição de 1930, as mudanças puderam ser sentidas quase que simultaneamente no território nacional.

O conjunto de medidas tomadas após a 1930 pelos governos federal e estadual, ou seja, a supressão das barreiras comerciais, a intervenção no mercado de trabalho, a criação de Goiânia e a Marcha para o Oeste, criou condições para acelerar a expansão capitalista em Goiás, gerando uma série de transformações na região. (SILVA, 2005: 152).

As mudanças nas estruturas políticas do país ocorriam quase que simultaneamente com as mudanças locais e a população, mesmo que não participando efetivamente, esteve a par disso quase que em tempo real. G. Vargas assumiu o poder federal, Pedro Ludovico o estadual e J. L. Oliveira o municipal, isso deu a impressão que a cidade e o país estavam em um só compasso e serviu de argumento para consolidar o “surto desenvolvimentista” local. “Com a vitória da revolução de 1930, o município de Anápolis prosperou extraordinariamente em todos os setores de atividades, no comércio, nas indústrias, nas artes, nas letras, na lavoura e outros.” (FILHO, 1938: 37). Esse conjunto de fatores anunciavam assim novos tempos, a consonância entre a história local e o que ocorria no resto do país ou como na organização retórica (sistemática) do texto de Azevedo Filho, ocorria a realização de uma profecia, consolidada por indivíduos “idealistas” e “patriotas”.

O primeiro Prefeito discricionário, snr. João Luiz de Oliveira, idealista e revolucionário, porta-bandeira da Aliança Liberal em Anápolis, uma das vítimas da prepotência dos reacionários da República Velha, pondo de parte os seus sofrimentos quando propagava os postulados da Aliança Liberal e com êsses sofrimentos, os seus algozes, quis tornar patente a diferença de critério entre os máus brasileiros vencidos e o dos idealistas vencedores. Não exerceu vinganças contra os seus ofensores, tendo nas mãos os meios necessários que um govêrno discricionário possúe. Colocando o seu patriotismo, o seu amor à Anápolis, acima das paixões pessoais, deu uma lição de civismo aos desconhecedores desta virtude. (*Idem*: 37).

A querela partidária das eleições partidária municipais de 1927 também merece destaque na história de Azevedo Filho, apresenta uma versão da disputa entre as agremiações chefiadas por Arlindo Costa e Aquiles de Pina, na qual a segunda não é apontada explicitamente como partidária do grupo Caiado.

Nessa época o então Senador Federal Dr. Antônio Ramos Caiado, que tinha nas mãos o bastão de chefe supremo da política governista no Estado de Goiaz, vendo que o novo partido político de Anápolis, tendo à sua frente a pessoa do Snr. Aquiles de Pina tinha todas as probalidades (*sic*) de ser vitorioso nas eleições municipais que se avizinhavam, veio à sede do município e propoz a fusão dos dois elementos políticos antagônicos num só bloco, indicando como candidato de reconciliação como intendente Municipal, o snr. Dr. Adalberto Pereira da Silva, que, aceito, foi eleito pelo eleitorado das referidas agremiações, ficando desde então como dirigente político do partido governista, o snr. Aquiles de Pina. (*Idem*: 38-9).

Como no texto de J. L. Oliveira a administração de Adalberto P. Silva, também é apontado por Azevedo Filho como “uma decepção para o povo anapolino.” (*Idem*: 40). O objetivo do texto neste ponto é desvincular a figura de Aquiles de Pina e de outros nomes da política local, que não aderiram inicialmente a Aliança Liberal, ao caiadismo e ao corolenismo, defendendo que depois da Insurreição de 1930, os “elementos caiadistas de Anápolis ingressaram na oposição goiana, ficando ao lado do govêrno do Estado, no Partido Social Republicano de Goiaz, os Snrs Deputado Aquiles de Pina (...)”. (*Idem*: 39). A administração de A. P. Silva conforme já ressaltamos acabou sendo inviabilizada por ter que por as contas públicas em ordem e ao mesmo tempo enfrentar forte oposição dos políticos anapolinos.

Numa sociedade tradicional que passa por um processo de modernização o sentido do “antes de” e “depois de” tornam-se latentes, encarregando-se a memória do grupo de elaborar uma interpretação autônoma à outros grupos sociais que não passaram pela mesma experiência. (ARRAIS, 2008: 35).

Na escrita da história anapolina desse período essa administração acabou servindo de contraponto para o momento político e econômico que a cidade passou a vivenciar após 1930. Uma parcela significativa dos políticos anapolinos tinham os seus nomes associados ao coronelismo ou ao grupo Caiado, todavia, na historiografia anapolina desse período, a administração do candidato de “consenso” foi a única que ficou marcada pela ideia de atraso e de má administração. Administração anterior, de Graciano A. Silva (1923-1927), considerado o intendente do progresso, endividou os cofres públicos, mas as melhorias urbanas ocorridas no período justificaram essa ação. Por ser indicado diretamente por Totó Caiado, coube no caso anapolino, a A. P. Silva a alcunha de pior administração de Anápolis e, simultaneamente, o nome ligado ao passado coronelista que queria ser esquecido frente às novas possibilidades que se abriam para o futuro naquela fase emergente da política nacional e goiana.

O Estado passou a ser visto como promotor do desenvolvimento, devendo para isto intervir para regular o mercado de trabalho, reformular as relações internas de produção e as relações entre economia regional e nacional. (...) Estas medidas contribuíram para acelerar a expansão do capitalismo em Goiás, reorganizando as forças produtivas e as relações de produção locais, em benefício dos centros hegemônicos nacionais e internacionais. (SILVA, 2005: 162).

Ao final do livro, Azevedo Filho destaca dois acontecimentos recentes, até aquele momento, da história de Anápolis. O primeiro a inauguração da via férrea no município, apontada pelo autor como um dia histórico na história do município. Mais uma vez, o nacionalismo e a exaltação tanto a cidade quanto a suas figuras políticas se tornam extremamente explícitos.

Anápolis, teve no dia 7 de setembro de 1935, mais um dia histórico; duplamente histórico. É que nesse grandioso dia do Brasil, além de ser data comemorativa da Independência, de nossa Pátria, êle vinha marcar nas efemérides de Anápolis um acontecimento importantíssimo para a vida do município. A inauguração da Estrada de Ferro Goiaz na cidade maravilhosa, menina dos olhos do prefeito Dr. J. Fernandes Valente. (FILHO, 1938: 40).

Além do forte nacionalismo, o autor, além de destacar novamente a importância da Insurreição de 1930 tanto para o Estado quanto para o município, procurou ligar elementos da história, até então recente, da cidade com a figura dos Bandeirantes representadas, no caso, pela figura do prefeito local. O autor faz referência a um dos discursos pronunciados, segundo ele, durante o banquete de inauguração da ferrovia:

No banquete oferecido pelo dinâmico governador J. Fernandes Valente aos seus convidados, falou pela última vez em sua vida terrena e em nome dos Prefeitos goianos ali presentes, o saudoso Prefeito Municipal de Ipamerí, Dr. Floriano Caramurú Maia de Azeredo, um dos pioneiros da arrancada revolucionária de Outubro de 1930 em Goiaz, que tecendo um hino de glória a Anápolis, salientou o papel do governador de Anápolis ao qual o Prefeito Caramurú rendeu sincera homenagem e congratulando-se com o povo de Anápolis pelo grande melhoramento que acabava de ser inaugurado, exortou-os a cerrar fileiras em torno do seu dinâmico Prefeito, digno rebento dos invictos Bandeirantes Paulistas. (*Idem*: 40).

Assim como no início da parte histórica do texto o autor busca destacar elementos ligados a fé religiosa a fatos da história local, ao destacar que *pela última vez em vida terrena*, um dos *pioneiros da arrancada revolucionária de Outubro de 1930* pode falar em público e em um dia histórico para o município. O autor buscou destacar não só o discurso e a autoridade de quem o pronunciou, mas o peso que este ganhou por ter sido as últimas palavras de uma importante figura que falava em nome dos representantes das cidades goianas. A busca por um tom mítico em certas partes do texto procura dessa forma dá maior peso ao relato apresentado.

O último tópico do texto, *Os Defensores dos Terrenos do Patrimônio de Nerópolis*, narra uma série de disputas por parte do poder público municipal por faixas de terras na região de Nerópolis. A região surgiu com o nome de Capivara em 1903, posteriormente, mudou o nome para Campo Alegre, e em 1918 passou a denomina-se Cerrado. “Pela lei municipal n. 9, de 29 de março de 1936, passou a chamar-se Nerópolis; a 1.º de agosto de 1948 – lei estadual n. 104, foi elevado a município, com o mesmo nome.” (BORGES, 1975: 39).

A disputa passou por dois momentos e ambos são utilizados como símbolos da vitória do “patriotismo” contra a opressão do coronelismo. No primeiro momento, que se passa no período da República velha, por volta de 1920, um fazendeiro (J. Batista Lemes), “iludindo a boa fé dos engenheiros do Estado” (FILHO, 1938: 41), tentou apropriar-se, indevidamente, de grande parte do território da região. Neste trecho, o autor procura destacar a importância dos imigrantes para o desenvolvimento da região e forma como estes são bem acolhidos pela mesma.

Antônio Dal Pozzo, italiano de nascimento e brasileiro de coração, foi o maior defensor do Patrimônio do antigo distrito de Cerrado, hoje, Nerópolis, perante o Governo de Goiaz, na República Velha.

(...) grato à terra de gente bôa que lhe déra acolhida, tomou sobre os seus ombros a tarefa de separar a gleba de Lemes, da que deveria constituir o futuro distrito anapolino (...).

Êsse italiano, que acabava de dar o mais frisante exemplo de patriotismo e de gratidão à terra que o acolheu, mereceu dos anapolinos um lugar de destaque em seus corações e bem assim, o título de “Benemérito”. (*Idem*: 38).

No segundo momento, o governo estadual por meio de um projeto de lei buscava passar a posse de uma grande faixa de terras a uma instituição de ensino particular. “Creada a Faculdade (ou Escola) de Direito Goiaz, era necessário, para que gozasse das garantias constitucionais, ter um fundo de reserva em dinheiro corrente ou em bens imóveis (terrenos rurais) de valor intrínseco.” (*Idem*: 38). Essa disputa ou negociação se estendeu do fim da República Velha até os primeiros anos do governo varguista, fecha o livro ressaltando as diferenças políticas existentes entre o coronelismo e a, então, administração pública. Destacando as diferenças entre os “velhos” tempos: “Nesse tempo, a política fazia e desfazia, mandava e desmandava, a seu talante” (*Idem*: 41); e os “novos” tempos sagrados pela Insurreição de 1930: “Veio a rajada revolucionária de 3 de Outubro de 1930 e vitoriosa à 24 do mês e ano. A turma de higienistas sociais desinfetou o ambiente emprestado pelos reacionários de então.” (*Idem*: 42). Por fim, é destaca a superioridade dos valores nacionalistas frente aos interesses e diferenças individuais por meio dos políticos locais:

João Luiz de Oliveira, primeiro Prefeito revolucionário de Anápolis, revogou a lei que doava à Escola, os terrenos de Nerópolis, porém continuavam poder do Govêrno do Estado. José Fernandes valente, descendente dos bandeirantes de Piratininga, filho dêste rincão Pátrio, amante do Brasil, sem preconceitos de raça e posições, abominando o regionalismo pestilento, foi escolhido para governar Anápolis como seu segundo Prefeito discriminatório. Tão logo assumiu as rédeas do governo do município, partiu para “Vila Bôa”, então Capital do Estado de Goiaz, e, sem medir sacrifícios antepostos à sua tarefa patriótica, defendendo os direitos da terra que governava obteve do governador Pedro Ludovico Texeira, governador do Estado de Goiaz, a devolução das terras PRESENTEADAS à Escola de Direito e que pertenciam ao Patrimônio do Cerrado, e, doando-as ao governo do município de Anápolis” (*Idem*: 42).

Como forma de mostrar a importância desse livro, não só para Anápolis, como também para Goiás, são colocadas ao final da obra cartas de personalidades goianas, como Zoroastro Artiaga, para atestar a qualidade do mesmo. O livro é colocado como um meio de divulgação dos recursos locais fora do Estado.

Felicito-o pela iniciativa e pelo que reuniu de bom e de útil, em prol dessa terra futura, procurando instruir à mocidade e divulgar o conhecimento das coisas anapolinas.

Seu livro “Dados Geográficos e históricos do Município de Anápolis” merece todo o apêlo e acolhimento dos brasileiros.

Ele vem cooperar para a divulgação da vida goiana, fazendo conhecer, fora do Estado, os vastos recursos econômicos que são ainda ignorados no Brasil e no estrangeiro. (Zoroastro Artiaga). (*Idem*: 43).

Longe de ser uma obra ingênua, esse texto se constitui como uma cartilha em favor do poder político vigente naquele período. Provavelmente por esse tom, excessivamente ufanista, esta obra tenha sido deixada de lado nas narrativas históricas locais, sendo apenas, quando muito, citados por alguns autores. A forma como o texto é narrado também pouco se encaixa com o que se espera de um texto histórico com pretensões científicas. Em outro comentário feito ao final da obra se tem clara noção que, o texto não visava somente instruir sobre o passado, mas ser um marco orientador dos tempos que se constituíam na cidade, visando, sobretudo, o futuro.

Trata-se de uma resenha completa e minuciosa, que por certo terá na consciência coletiva o julgamento merecido, visto conter valiosos subsídios sobre economia e história que não de ser sem dúvida seguros marcos de orientação para o futuro promissor que está reservado à Anápolis. (J. Augusto Mello Rosa). (*Idem*: 44).

O momento político nacional e a situação econômica local, se apresentavam como na forma de um discurso que reservava um futuro promissor para a cidade. E de fato, não era para menos, mesmo com o país à beira de viver um regime ditatorial, a cidade via um crescimento econômico até então nunca vivenciados por seus moradores. O caráter histórico e científico atribuído a obra é corroborado pelo uso de dados que “comprovam” a veracidade do que é relatado no texto.

Os vossos “Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis” que, ainda datilografados, me prenderam prazerosamente a atenção por diversos dias, constituem um trabalho de real valor histórico e científico, pela riqueza e exatidão dos dados.

Vosso primoroso trabalho, fiel reprodução do que Anápolis hoje é, representa como que o “Carne saeculare” desta cidade, justamente escrito no apogeu de seu esplendor e será sumamente apreciado, por ser raro, complexo e proveitoso. (Julio Masciocchi). (*Idem*: 45).

Todavia, mediante a forma no qual o discurso histórico é apresentado no texto, o seu “caráter histórico e científico” acaba por ser corroborado pelo próprio poder político e não pelos métodos empregados na pesquisa. Lembrando também que o livro

tinha um fim didático e o termo “científico” é utilizado para designar a veracidade de seu conteúdo e, assim, justificar o caráter nacionalista nele empregado.

Considerações finais

O livro de Azevedo Filho pode ser tomado como uma reapropriação de elementos presentes na cultura e memória local para caracterizar o dinamismo dos habitantes do município que o autor tanto exalta. Apesar do texto não se colocado como uma ficção literária, utiliza-se de fatos criados pelo autor para fortalecer o seu argumento de “Anápolis como uma cidade promissora”. Ana das Dores, mesmo que o fato mencionado seja verídico, não poderia jamais fazer tal profecia, pois, a capela de Sant’Ana foi erguida por volta de 1870 e a região só veio a se tornar freguesia em agosto de 1873. O texto utiliza-se de uma narrativa presa a argumentos ditos proféticos embasados por dados até certo ponto cientificamente conduzidos. Tanto na ciência quanto nas profecias, o que lhes dá crédito, validade ou um ar verossímil, confiável, reside na habilidade retórico/narrativa de demonstrar seus acertos e torna-los “algo constante” enquanto encobre os seus erros. É um processo mais qualitativo que quantitativo, no livro de Azevedo Filho, o momento de então é justificado pela profecia feita nas origens do município e pelo empenho de seus moradores, utilizando-se desses mesmos argumentos o autor procura demonstrar que o futuro da cidade estaria garantido. Além de relatos presentes na memória popular o autor se faz valer de documentos oficiais e de dados orçamentários para fazer valer a veracidade do que afirma. Como afirma R. Koselleck:

Aquilo que faz da história, história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que elas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível. Assim, partidarismo e objetividade delimitam-se de uma nova maneira no âmbito da tensão entre a construção do pensamento teórico sobre a história e a crítica de fontes. Uma é completamente inútil sem a outra. (KOSELLECK, 2006: 188).

As fontes utilizadas pelo autor então foram analisadas de maneira que pudesse justificar o nacionalismo e o patriotismo defendido pelo autor ao mesmo tempo que dava destaque a administração pública local e a nova política que se instaurava com o início do Estado Novo em âmbito nacional. Ao se referir a fragmentos da história local, o texto busca mostrar que o futuro é tão importante quando o passado na formação desta

e, até mesmo, devido ao tom profético apresentado pelo autor, mais concreto e certo que o próprio passado que o justifica. O partidarismo do autor é facilmente notado, muitas vezes de maneira exacerbada, no desenrolar do texto por ele produzido, o uso das fontes feitas pelo autor buscavam corroborar com suas afirmativas. Estas não puderam direcionar o trabalho de Azevedo Filho, todavia, delimitaram, até certo ponto, as afirmações feitas pelo autor a respeito da história local. Como diz um velho ditado popular, o autor *aumenta, mas não inventa*. Ou ao menos tenta deixar claro apenas os pontos que o interessam. O clientelismo é nítido na elaboração do texto que procuramos analisar, os fatos mencionados pelo autor, no entanto, foram passíveis de uma interpretação feita por este e não de uma criação de sua imaginação. Ao confrontarmos as afirmações feitas pelo autor com os fatos históricos e outras fontes do período, podemos, como procuramos demonstrar no decorrer deste trabalho, tornar evidente a presença dos interesses do autor na elaboração de seu texto e na análise dos fatos. Vale lembrar também que, assim como Azevedo Filho interpretou os fatos do passado anapolino de sua época e os vinculou com as “necessidades” de seu período histórico, este presente trabalho também se aplica a estas mesmas regras. Nos utilizamos da obra de Azevedo Filho para demonstrar a veracidade do que afirmarmos, mas também estamos imersos no fluxo relativista e interpretativo da história.

Referências:

ARRAIS, C. P. A. *Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Projeções Urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de doutorado em história).

BORGES, H. C. *História de Anápolis*. Goiânia: Cerne, 1975.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FILHO, Francisco L. Azevedo. *Dados geográficos e históricos do município de Anápolis: à guisa de geografia e história do município para uso em escolas do município*. Anápolis, 1938.

FRANÇA, M. S. *A formação histórica da cidade de Anápolis e sua área de influência regional*. Anais do VII Simpósio Nacional dos professores universitários de história. São Paulo: ANPUH, 1974.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. (p.267-303).

MARTINS, M. R. *Letras Anapolinas: poesia e prosa. Antologia*. Anápolis: Edição da Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras, 1984.

OLIVEIRA, J. L. *Subsídios à história de Anápolis*. Revista A Cinquentenária, 1957.

POLONIAL, J. *Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)*. Anápolis, edição do autor. 2007.

SILVA, Ana Lúcia. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cênone Editorial, 2005.